

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT 34 Relações Raciais e Étnicas: Desigualdades e
Políticas Públicas

GÊNERO, RAÇA E SOCIABILIDADES JUVENIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS
TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA TRADICIONAL NO
RJ.

Rogério Mendes de Lima

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira

COLÉGIO PEDRO II_RJ

GÊNERO, RAÇA E SOCIABILIDADES JUVENIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA TRADICIONAL NO RJ.

Rogério Mendes Lima¹

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira²

Resumo

O espaço da escola básica, na atualidade, se traduz em campo dinâmico de encontro de diversas identidades em construção e sujeitas a diferentes estímulos e influências que acabam por desafiar estruturas e práticas antes consideradas como consolidadas e em muitos casos percebidas como imutáveis. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que procura analisar o impacto sobre os/as estudantes das diversas ações que, nos últimos anos, colocam em xeque as discriminações de gênero e raça presentes no cotidiano escolar do Colégio Pedro II, uma escola tradicional do Rio de Janeiro. De um lado, a normatização de gênero expressa na disciplina imposta na cultura escolar e nas representações sociais do corpo e da sexualidade, foi percebida como opressão e provocou a mobilização de saberes e práticas que buscam contribuir para a superação do preconceito, da discriminação e da persistência da violência contra a mulher e da homofobia. Ao mesmo tempo, a formação de coletivos negros foi capaz de remodelar o modo como são tratadas as questões raciais na escola, ao denunciar as dificuldades de identificação relativas às suas condições étnico-raciais e às posições ocupadas na estrutura escolar. Ao analisarmos esses movimentos à luz da perspectiva intercultural e

¹ Doutor em Sociologia e Antropologia/UFRJ. Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II e do Mestrado Profissional em Práticas da Educação Básica do CP2.

² Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Professora Titular do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

compreendendo a intersecção entre as questões de gênero e raça, observamos a construção de novas formas de empoderamento juvenil que apesar de incipientes, apontam para modelos inovadores de relações sociais.

Introdução

Como professores da Escola Básica, vivenciamos na última década, intensas transformações nas relações sociais travadas no cotidiano escolar. São transformações impactadas pelo uso de recursos da internet que facilitaram a articulação e criação de redes e afetaram as formas de expressão e comunicação entre os jovens estudantes, propiciando a (re) invenção de estilos e a redefinição das formas de relacionamento, de ser e de estabelecer vínculos sociais (NOVAES, 2009).

Mas essas transformações, trazidas pela cultura digital, são apenas o cenário para a emergência de um tipo de sociabilidade que interage com significados e marcas de afirmação de gênero, raça e sexualidades. Os jovens estudantes do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, organizados em seus grêmios estudantis por campus, ou em coletivos semipresenciais, facilitados pelas redes sociais *online*, como o *Facebook*, mostram sua força e combatividade, denunciando práticas que consideram abusivas, como o preconceito racial, de gênero, de classe, homofobia e assédio sexual.

Ao lado do crescimento dessas questões impostas pelas demandas dos jovens por direitos sexuais, de cidadania e direitos humanos, existe a exigência da construção de políticas pedagógicas coerentes com a diversidade juvenil e a identificação do jovem como sujeito de direitos. Tal construção implica em rearranjos institucionais que envolvem todos os atores sociais da escola. Configura-se, então, uma disputa onde valores e práticas muitas vezes paradoxais se enfrentam no espaço escolar transformado em *ágora*.

Na primeira seção do presente trabalho, trataremos das alterações nas relações de gênero e sexualidades e na segunda, as ações referentes à raça, sempre com ênfase nas iniciativas juvenis. Para finalizar, discutiremos as imbricações entre as questões de gênero, classe e raça na escola e como esse

processo permite à escola vislumbrar novas e ricas possibilidades pedagógicas e políticas, mesmo em um cenário marcado pelas tensões entre modelos de sociedade e de escola.

I. Ações em gênero e sexualidades

Embora faça parte do cotidiano, inclusive escolar, a diversidade sexual e de gênero ainda é pouco debatida pelas instituições. Entretanto, no Colégio Pedro II, o ensino de Ciências Sociais que está presente em três anos do Ensino Fundamental II, 7º, 8º e 9º anos, além da Sociologia em todo Ensino Médio, permite que desde os 12 anos, a temática do gênero enquanto identidade assumida ou atribuída de acordo com o sexo ou com o papel exercido na sociedade, esteja presente no currículo desses jovens estudantes que também são estimulados a perceber a desigualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade. A aula inaugural do ano de 2015 representou um marco nos debates sobre as condições de gênero e diversidade sexual na escola. Foi proferida pelo sociólogo e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Rogério Diniz Junqueira. O título da referida palestra foi “Cotidiano escolar, currículo e heteronormatividade: desafios para uma educação de qualidade para todos”.

O auditório de um dos *campi* dessa tradicional instituição de ensino ficou repleto de estudantes, responsáveis e professores interessados e curiosos com o tema. Havia claramente uma demanda pelo debate das diferentes identidades de gênero, questões permanentemente silenciadas pelos sistemas escolares. Vivemos um cenário de intolerância, onde a homofobia e o sexismo avançam diante da maior visibilidade alcançada pelas chamadas “minorias sexuais” (LOURO; 2001). Essa dinâmica de novos papéis e teorias de gênero impõem a revisão de padrões normativos e a construção de respostas mais acolhedoras no ambiente escolar. Enquanto orientação pedagógica, os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam a sexualidade como

tema transversal, nada é mencionado em relação à homossexualidade. Menciona-se apenas o “respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano” (Brasil, 1998, p.133). Não há no texto referência explícita ao tema da discriminação contra homossexuais e outras diversidades sexuais (como travestis, transexuais, bissexuais etc.).

Entretanto, o debate contemporâneo sobre os significados do conceito de gênero, desestabilizam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória (BUTLER,2016; FOULCAULT,1988). No cotidiano escolar o principal apelo vem das vozes estudantis: em 2014, jovens estudantes do Ensino Médio do Colégio Pedro II promoveram um ato público, no espaço escolar, no qual os meninos vestiram saias, em defesa da liberdade e do direito de uma pessoa do sexo masculino vestir saia. O evento foi chamado de *SAIATO* e ganhou espaço na mídia chamando atenção para as questões de gênero. Uma aluna disse: “*Foi o SAIATO que provocou a aula magna*”, em referência à aula inaugural do ano letivo de 2015 com o pesquisador Rogério Junqueira.

Os alunos se manifestaram e consideraram que o movimento institucional por práticas mais inclusivas e respeitosas de gênero, iniciado no ano de 2015, é fruto de seu movimento. Acusaram alguns dos servidores (inspetores e professores) de estarem despreparados para enfrentar relacionamentos homoafetivos no ambiente escolar, reproduzindo preconceitos e discriminações. Além disso, apresentaram proposta, por ocasião da elaboração do código de ética discente, de fim do uniforme binário.

A metodologia empregada na presente pesquisa analisou os diferentes discursos presentes na cultura escolar e nos livros e materiais didáticos utilizados nas disciplinas escolares Ciências Sociais e Sociologia. Buscou-se apreender, via observação participante, em reuniões para elaboração da proposta de política institucional de gênero na escola, em entrevistas com os estudantes organizados em coletivos, com professores e outros servidores dos diversos campi que formaram o grupo de discussão, as vozes dos diversos

atores da escola que são polifônicas e por vezes marcadas pelo espanto sobre a afirmação das diferenças.

Houve uma chamada na página eletrônica institucional para uma reunião de servidores, em março de 2015, para deflagrarem a construção de uma política institucional de gênero para o Colégio Pedro II. O convite publicado no site do colégio foi dirigido aos servidores, mas os coletivos de alunos apresentaram-se e foram acolhidos na reunião. O chamado partiu do próprio reitor que em sua fala inicial discorreu sobre sua experiência na direção de campus, onde entrou em contato com dramas de adolescentes em conflito com o processo de orientação de gênero e mais recentemente, na recepção de novos funcionários concursados, quando teve a oportunidade de facilitar a adoção do nome social.

Estávamos reunidos no auditório e a troca de experiências entre os 46 participantes foi muito interessante. Havia professores atuantes em todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação, servidores da área técnica, da gestão de pessoas, do desenvolvimento institucional. As falas ratificavam a importância daquele momento de discussão e atestavam a urgência em construir uma política institucional de gênero.

Uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental revelou que já na 5ª série alunos acusam outros de atitudes afeminadas, atestando o padrão heteronormativo presente na socialização. Outro técnico em assuntos educacionais pediu a palavra para registrar a resolução número 12, de 16 de janeiro de 2015 e publicada em diário oficial em 12 de março de 2015, que:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais- e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais- nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

A fala de uma aluna foi muito significativa ao deixar claro que a convivência escolar oferece um contraponto à vivência familiar, além de sugerir um trabalho educacional extensivo às famílias:

Me deparei com o amigo que queria usar saia e estive discutindo gênero na aula de Sociologia. Minha família é evangélica. Meu avô é pastor e trata a questão como doença. O CPII me mostrou um novo olhar. Não basta só transformar os alunos. Tem que atingir as famílias.

As aulas de Sociologia são lembradas como espaço de discussão sobre gênero e é a garantia da presença dessa temática no currículo do Ensino médio. No caso do Colégio Pedro II, desde o Ensino Fundamental nos 7º, 8º e 9º anos, os alunos têm contato com a temática da Diversidade, na disciplina Ciências Sociais. No entanto, a presença curricular não impede que atitudes e reações dos atores sociais da cultura escolar insiram nas vivências curriculares faces do preconceito e da homofobia.

Outra professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental alertou para a necessidade de cuidar dos espaços desde a educação infantil, pois *"precisamos ocupar os espaços e a discussão sobre sexualidade não pode ser tratada apenas da 6ª série em diante. Precisamos educar para a sexualidade. Na verdade somos todos carentes de educação sexual."* Houve falas que revelaram que o entendimento é de formação no cotidiano, no confronto de ideias: uma professora relatou que no 5º ano o aluno já fala: *"Ei cara! Isso aí é homofobia!"* Para ela, é fundamental a formação dos servidores e propõe grupos de estudos com funcionários e alunos.

As alunas presentes a este primeiro encontro por uma política de gênero, reivindicaram o protagonismo da discussão, já que, segundo elas, a demanda pela temática de gênero e sexualidade partiu dos estudantes. Alegaram que o machismo está presente nas relações escolares e que não têm apoio das instâncias institucionais. Na verdade, os estudantes buscam nos coletivos, apoio para suas lutas. Na rede social *online Facebook* estão registrados os coletivos: Retrato Colorido, Feminismo ¾ e Comissão de mulheres do Campus Centro do Colégio Pedro II. Todos esses coletivos podem

incluir estudantes de diversos *campi*. A capilaridade da rede garante a difusão das ideias e múltiplas interações.

Essa primeira reunião, onde todos os presentes falaram, marcou a disposição daquele grupo em, de fato, interferir nas relações sociais presentes nessa escola, cultivando relacionamentos mais justos e solidários baseados no respeito às diferenças. Houve outras reuniões, nas quais ficou decidida a criação do ELOS- grupo de estudos e ações em gêneros e sexualidades. Esse grupo foi reconhecido institucionalmente, no âmbito do Colégio Pedro II e também foi registrado na plataforma de grupos de pesquisa do CNPq. Vários seminários, cursos, minicursos e encontros foram realizados, sempre com excelente aceitação e procura da comunidade escolar.

Por outro lado, conservadores se articulam em torno da bandeira “Escola sem Partido” para barrar o movimento que acreditam ser de doutrinação de estudantes. Estão organizados em uma página na rede social Facebook¹ (Pais do Colégio Pedro II contra a ideologia de gênero e doutrinação dos alunos) que possui 1405 seguidores. Além disso, recentemente, representantes desse grupo, foram eleitos membros titulares do Conselho Superior, órgão máximo do Colégio Pedro II que observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, e tem seus membros nomeados em ato do Reitor. Confirma-se a observação da estudante que reivindicava que os estudos de gênero atingissem as famílias. O questionamento conceitual e teórico de categorias ostensivamente ontológicas como gênero e heteronormatividade consiste num urgente desafio aos profissionais da educação presentes no chão da Escola Básica.

II. Ações em Raça.

Um dos problemas da discussão racial na sociedade brasileira, e por consequência, em nossas escolas, reside no fato da equivocada separação entre o racismo e a constituição da modernidade. Por conta disso, é comum que diante de uma denúncia ou problematização da questão racial, a causa apontada remeta a problemas de ordem individual. Não é surpresa que apesar

de avanços na legislação de combate ao racismo e valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, as situações de preconceito e discriminação diretas e indiretas persistam no cotidiano.

Quijano (2005) afirma que os fenômenos sociais que vislumbramos na atualidade são a culminância de um processo iniciado com a expansão europeia e o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, a compreensão desse processo de múltiplas faces só é possível se o relacionarmos com a criação da categoria de raça. A partir do século XVI, as relações entre os diferentes povos, especialmente entre os colonizadores e os habitantes dos continentes dominados, passaram a se fundar na classificação com base em identidades sociais ligadas a ideia de raça que antes inexistiam. Como eram relações de dominação, elas colaboram na configuração de uma hierarquia social a partir da raça.

Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Essa manutenção das estruturas, sociais, culturais e ideológicas de dominação herdadas da colonização é o que se expressa no conceito de colonialidade do poder e são as bases do racismo tal como o experienciamos todos os dias. Isso porque o fim da colonização não significou o término da influência das suas bases culturais e ideológicas sobre as sociedades colonizadas. Assim, as populações dominadas e caracterizadas como inferiores pelos dominadores europeus continuam, nas novas sociedades políticas constituídas pelos Estados-nação vivendo em condição de subalternidade. Suas identidades generalizadas e apresentadas como negativas frente a um padrão dominante cujo modelo é eurocêntrico.

Walsh (2009) considera que a colonialidade se desenvolve em quatro eixos, o poder, o saber, o ser e a natureza. De modo bastante sucinto significa dizer que a dominação iniciada no processo de colonização (poder) se apresenta também em outras dimensões na cultura (saber), nas identidades (ser) e no modo como se pensa e organiza a vida (natureza).

Lima (2015) considera o racismo uma forma de dominação exercida sobre as populações negras com duas formas de consolidação. Uma objetiva, sustentada pela negação das condições materiais para que os afro-brasileiros possam concorrer em condições mínimas de igualdade pelas posições sociais na sociedade capitalista brasileira e, outra, de caráter subjetivo, que através da difusão de uma ideologia racista, dificulta a constituição de identidades fora dos padrões hegemônicos.

O racismo é marca da sociedade brasileira e portanto está presente em suas instituições como a escola. A ausência da história e da cultura negra e indígena no currículo, as dificuldades nas trajetórias individuais e coletivas de estudantes, a falta de estrutura educacional para apoio quando da ocorrência de casos de racismo e os estigmas construídos no dia a dia são algumas das faces do racismo dentro do espaço escolar e são parte da história do Colégio Pedro II, mas eram marcadas pelo silenciamento e pela individualização dos atos racistas.

Uma guinada no modo como os/as estudantes³ passam a se posicionar sobre a questão racial ocorre com a aula inaugural da instituição em 2014 com a presença do Professor Kabengele Munanga. O reconhecimento da instituição de que esse era um tema que necessitava de um debate, além das questões abordadas na própria aula inaugural, fomentaram nos estudantes a organização e a articulação para romper com o silêncio em torno do racismo presente na escola.

A principal estratégia desenvolvida foi a criação de coletivos estudantis por campus que centralizaram a coleta e a divulgação de denúncias do racismo em suas diversas expressões na escola. Destacamos novamente a importância das redes sociais online para o êxito dessa estratégia, na medida em que

³ Em relação aos servidores essa discussão já ocorria capitaneada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e em parte pelo movimento sindical.

estudantes de diferentes graus de envolvimento com os movimentos sociais puderam participar ativamente desses coletivos, vistos muitas vezes como lugar de encontro com pessoas que compartilhavam os mesmos problemas e sentimentos em relação à questão racial. Além disso, essas redes se tornaram importante foco de denúncia sobre casos de racismo no espaço da escola.

Dois momentos servem de exemplo para a argumentação do parágrafo anterior. Durante uma pesquisa sobre a trajetória de estudantes negras e negros no Colégio Pedro II foi possível perceber que a emergência da questão racial atinge principalmente a identidade. Como afirmou um estudante do ensino médio:

Com as reuniões do coletivo, pude colocar pra fora uma série de problemas que vivi desde o ensino fundamental no Pedro II. A implicância dos colegas com meu cabelo, dos professores com meu jeito de falar e meu gosto por músicas. Vi que não era somente eu que me sentia assim.

Outro momento foi a realização da mesa de debates *mulheres negras, espaços de fala e de luta* em que estudantes de ensino médio em conjunto com outras mulheres negras discutiram suas experiências no espaço escolar. Cabe destacar a deúncia de uma estudante:

As vezes minha vontade é explodir tudo, porque para mim é sempre difícil. Eu sou a favelada, a mais burra da sala.[...] Mas não vou desistir.

A realidade penosa é uma constante na fala dos/das estudantes em suas manifestações. A temida jubilação (Que foi abolida da escola em 2016), as dificuldades em se adaptar aos currículos eurocentrados e que pouca relação estabelecem com a realidade cotidiana dos/das estudantes, tornam a trajetória institucional uma corrida de muitos obstáculos.

É triste que alguns dos meus colegas foram jubilados ou desistiram da escola antes do terceiro ano[...] me dá a impressão de que a escola não foi feita para nós

Esses coletivos colaboram ainda para que o corpo discente organize suas demandas antes ocultas ou dispersas. Para além das denúncias, os/as estudantes passam a cobrar da instituição e do corpo docente outra postura política e pedagógica em relação ao racismo na escola. Em parceria com parcela dos professores e departamentos pedagógicos promovem pesquisas e eventos com foco na temática negra/indígena, propõem apuração pelas direções dos campi, de denúncias de discriminação racial e tentam modificar programas e estratégias pedagógicas das oficinas.

Do ponto de vista pedagógico, em algumas disciplinas a discussão racial se amplia, tornando-se parte integrante do currículo. É o caso da Sociologia que traz para o ensino médio, as discussões que já estavam presentes oficialmente no currículo de sétimo e oitavo ano. Eventos como a *Kizomba, feira de africanidades* realizada em Realengo II, exposições sobre figuras negras de destaque, simpósios e seminários sobre história e cultura negras e indígenas, todas com participação ativa dos estudantes, constituem parte desse novo cenário que as ações estudantis ajudaram a construir.

Evidente que esse é o início de um caminho que precisa ser trilhado conjuntamente. A colonialidade ainda se impõe em muitos aspectos. Por exemplo, a instituição não possuía até 2016 um banco de dados confiável sobre a quantidade de estudantes negros na escola. Isso tem dificultado em muito a percepção coletiva das trajetórias dos mesmos, e por conseguinte, na organização e luta dos estudantes.

Há uma dificuldade desses estudantes de identificar-se, fora do espaço da escola, como negras e negros. Assim o CP2 é visto como uma ilha na qual sua identidade pode ser revelada. *“na antiga escola não entendiam a existência de uma beleza negra, mas no CP2 me sinto respeitada”*. Ou ainda como afirmou uma estudante

O maior problema do negro hoje é não saber o que é ser negro. Porque, quando ele descobre, entende que ser negro é assumir que andar na rua é um ato de resistência à sociedade que invisibiliza negros no comercial, na novela, nos produtos de cabelo.

A emergência dessas questões entre os discentes não impede que manifestações racistas continuem ocorrendo na escola e que haja ainda um

conjunto significativo de estudantes e servidores que consideram o debate sobre racismo algo supérfluo. A grande e fundamental diferença é que os estudantes não permitem que essas situações sejam silenciadas ou esquecidas. Isso tem levado as instâncias deliberativas da instituição a tomarem providências no combate ao racismo, tornando-o parte de uma política institucional.

III. A interseção entre classe, gênero e raça: um debate necessário.

Uma questão que emerge a partir da prática e da análise sobre os movimentos estudantis abordados neste texto, é a intersecção entre as questões de classe, gênero e raça. Do ponto de vista teórico, essa percepção surge inicialmente nos estudos sobre o movimento feminista estadunidense que procura demonstrar como as experiências raciais interferem na perspectiva de gênero e vice-versa.

Uma abordagem como a que escolhemos para as duas seções anteriores do texto, pode dar a falsa impressão de que pensamos estas relações como separadas na realidade. Essa não é nossa percepção. Na linha que seguimos neste artigo e nas pesquisas que realizamos, percebemos que as dimensões de classe, gênero e raça estão em constante interrelação social e histórica. Isso significa que a influência de uma ou outra destas dimensões sobre a opressão sofrida por um determinado grupo social, depende de contextos históricos específicos. Em determinados contextos, a opressão de gênero pode ser um determinante, como no caso de estudantes brancas. Em outros pode ser a dimensão racial e de classe, como nas situações dos estudantes negros. Já as estudantes negras, experimentam todas as dimensões simultaneamente.

Um exemplo de como as opressões atingem diferentemente os grupos sociais é o estudo de Guimarães (2002) que destaca a hierarquia existente no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, os homens brancos, seguidos por homens negros e mulheres brancas e por último as mulheres negras. São diferentes opressões de classe, gênero e raça que atingem de modo diferente cada uma dessas categorias.

Collins (2015, p.14) alerta para a necessidade de construção de *novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas*, para que sejamos capazes de enfrentar e superar a opressão que sofremos.

A autora destaca ainda que:

Focar nos arranjos particulares que raça e gênero têm em nosso tempo e lugar, sem ver essas estruturas como dimensões às vezes paralelas e às vezes interligadas da relação mais fundamental de dominação e subordinação, pode, temporariamente, aliviar nossa consciência. Entretanto, embora tal pensamento possa levar a reformas sociais de curto prazo, é simplesmente inadequado para a tarefa de provocar transformações sociais de longo prazo. (COLLINS, 2015, p.15)

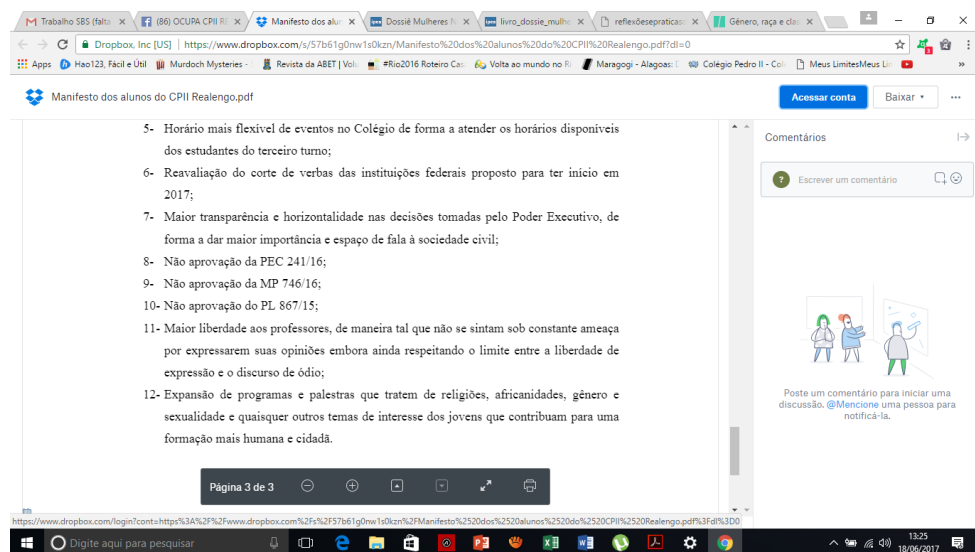
As dificuldades e as possibilidades trazidas pelas múltiplas dimensões da opressão são experienciadas por estudantes nesse processo de descoberta e organização. No campo das dificuldades podemos destacar os impasses frente às representações dentro desses coletivos. São comuns reclamações das estudantes acerca da postura de seus colegas homens frente aos seus posicionamentos e principalmente na discordância dos encaminhamentos.

Às vezes quando vamos falar, eles nos cortam ou interrompem nossa fala. É comum ainda considerar que nossas demandas são particulares e não devem ser colocadas acima de outras prioridades.

Por outro lado, vão também se descortinando possibilidades de interseção nas demandas. A organização de alguns coletivos já considera as dimensões de gênero e raça no mesmo processo. Por conta da diversidade nas origens econômicas dos/das estudantes, a dimensão de classe também é relevante em várias das propostas estudantis.

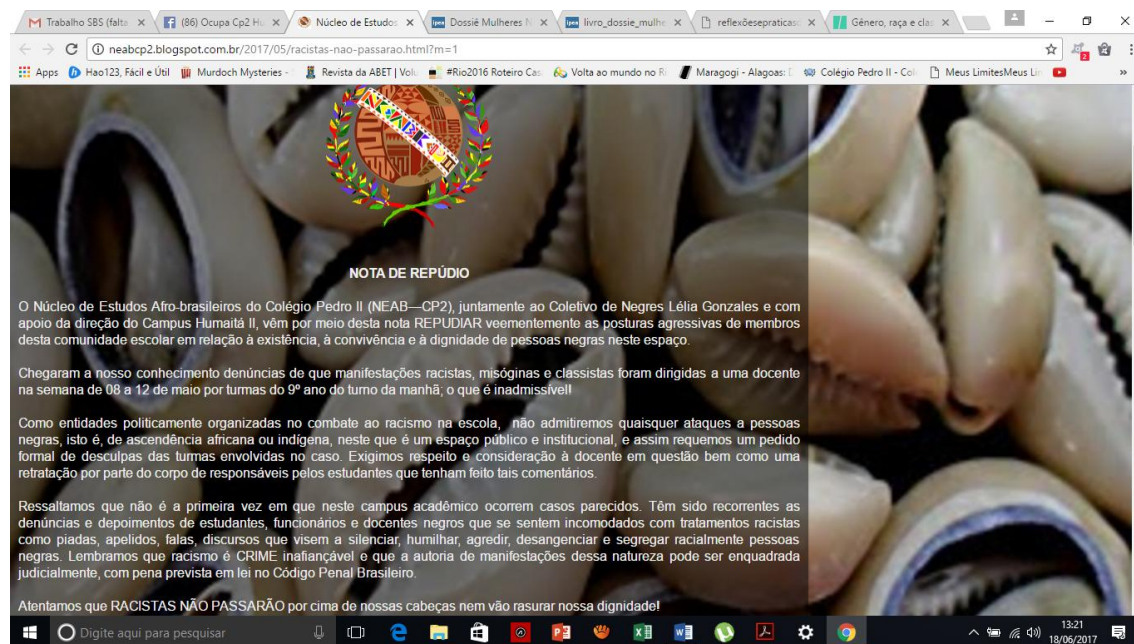
Um exemplo dessas novas possibilidades pôde ser vista na ocupação do colégio promovida pelo corpo discente em 2016. Ao lado de pautas gerais como a luta contra o congelamento de verbas da educação federal, o movimento escola sem partido e a reforma do ensino médio, surgem demandas

específicas e conjuntas que vislumbram o debate conjunto dessas dimensões da dominação.



(Fonte: manifesto dos alunos do CP2 Realengo II).

Ou ainda no posicionamento conjunto com servidores e instituição contra o racismo e o sexismo ocorrido este ano no Campus Humaitá, quando uma professora negra sofreu ofensas por parte de estudantes.



(Fonte: <http://neabcp2.blogspot.com.br/>)

A ampliação do debate sobre a intersecção entre classe, gênero e raça é fundamental para que a ação dos/das estudantes possa ampliar seu alcance e superar alguns dos limites que ainda hoje estão postos no seu dia a dia.

Conclusão

Das sociabilidades de nossos estudantes emerge a percepção de que suas lutas consideram as intersecções de raça, gênero, classe e sexualidades, além de respeitar as diferentes identidades apontam para a superposição e entrecruzamento de diferentes formas de preconceito e discriminação. Seus posicionamentos acenam para a perspectiva de mudança social e construção de uma sociedade mais justa.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de extensão das discussões curriculares acerca do gênero, raça e diversidade sexual para as famílias dos estudantes e da permanência de atitudes de acolhimento e reflexão na luta por uma escola verdadeiramente inclusiva. Mais que isso, precisamos de uma postura que perceba nos estudantes uma fonte de possibilidades de novos arranjos para a luta contra as diversas formas de dominação que herdamos e que sem que percebamos ajudamos a perpetuar.

Encerramos com uma citação de Patrícia Collins:

Não temos todos e todas que fazer a mesma coisa da mesma maneira. Pelo contrário, nós temos que apoiar os esforços umas/uns da/os outras/os, percebendo que somos parte de uma empreitada maior que busca provocar mudanças sociais.
(COLLINS, 2015. P.36)

E que a luta contra todas as formas de opressão não esmoreça, mas se amplie e fortaleça.

Bibliografia

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília.MEC: 1998

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª edição; tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 3.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. "Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil". **Cadernos Pagu**, 17-18: 237-266. (2002)

LIMA, Rogerio Mendes de. Educação intercultural e combate ao racismo. In SILVA, Katia Regina X. P. da. AMPARO, Flavia Vieira da S. **Criatividade e interculturalidade**. CRV. Curitiba. 2015.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 17 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

NOVAES, Regina **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009 Disponível na internet em [http://ipea.gov.br/sites/000/2/livros/livro_Juventude Políticas.pdf](http://ipea.gov.br/sites/000/2/livros/livro_Juventude_Políticas.pdf) Acesso em junho de 2017.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas in **Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo**; America Latina; Clasco. 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in- -surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Editora 7 letras, Rio de Janeiro, 2009.

ⁱ https://www.facebook.com/PaisPC2/?hc_ref=SEARCH acesso em 17 de junho de 2017.